

ARQUIVO 1

Abertura Econômica e Preços Relativos na Economia Brasileira, 1980 - 1995

Luiz Eduardo V. Rocha * e Eryl Cardoso Teixeira.**

Resumo:

Apesar de o programa de substituição de importações ter apresentado resultados positivos, ou seja, a consolidação de um importante parque industrial, os economistas neoliberais criticaram o prolongamento deste programa, alegando que a inserção da economia brasileira no comércio internacional deveria ter sido implementada no início da década de 80. Este trabalho, por meio de simulações com modelos econométricos, verifica o impacto da abertura comercial, caso fosse implementada no início da década de 80, nos preços relativos dos setores agrícola e não-agrícola. A agricultura, segundo os resultados das simulações, sofreria queda de preços reais, necessitando, nesse caso, por parte do setor público, da implementação de políticas que aumentassem a produtividade, dando possibilidade ao setor agrícola de manter a sua rentabilidade em uma conjuntura de abertura econômica.

Palavras-chave: Abertura econômica, políticas macroeconômicas e preços relativos.

Economic Opening and Relative Prices in Brazilian Economy, 1980 - 1995

Summary:

Although the import substitution program has presented positive results, that is, the consolidation of an important industrial park, the neo-liberal economists criticized the lengthening of this program by alleging that the insertion of the Brazilian economy into international trade should have been implemented at the beginning of the 80-ies. Through simulations with econometric models, this study verifies the impact of the trade opening in the case it had been

* Ds em Economia Rural. Professor do Departamento de Economia da FUNREI.

**PhD, Professor Titular da UFV, Departamento de Economia Rural. E-mail: texeira@mail.ufv.br

implemented at the beginning of the 80-ies on the relative prices of the agricultural and non-agricultural sectors. According to the results from simulations, the agriculture would suffer the decline of the real prices, and in this case it would require the public sector to implement the policies that would lead to an increased productivity, so turning possible to the public sector to maintaining its profit performance under an economic opening conjuncture.

Keywords: Economic opening, macroeconomic policies and relative prices.

1. Introdução

A economia brasileira, até o final da década de 80, apresentou alto grau de intervencionismo do governo no mercado, mediante aplicação de subsídios, tarifas protecionistas e quotas de importação, deixando em segundo plano, as sinalizações do mercado. Essa política provocou o decréscimo do fluxo comercial com o mercado internacional¹. A partir do final da década de 80, verificou-se o início da desregulamentação da política comercial protecionista e da inserção da economia brasileira no processo de globalização. Esse processo se intensificou com a formação do Mercado Comum do Sul (MERCOSUL) e, também, com o plano real implementado em 1994, que estabilizou a economia por meio da combinação de uma política de abertura econômica com as âncoras cambial e monetária. Nessa conjuntura, a inserção do Brasil no mercado internacional e, por sua vez, a viabilidade do desenvolvimento sustentado passaram a depender da competitividade econômica.

O conhecimento do comportamento da competitividade de uma nação e de seus fatores determinantes torna-se de fundamental importância para a adoção de estratégias de inserção no mercado internacional. Os determinantes da competitividade de uma nação são amplos e complexos, podendo ser divididos em dois grupos distintos: os de fundamento microeconômicos e os de base macroeconômica. Os países que adotam o controle da taxa de câmbio e barreiras tarifárias, ao analisarem o grau de competitividade da economia, devem dar maior peso aos fatores de base macroeconômica, enquanto os que procuram obter ganhos de competitividade pelo aumento da produtividade e da escala de produção

¹ O grau de abertura econômica, AE, é calculado pela soma das importações e das exportações em relação ao produto interno bruto (PIB). A economia apresentou 20,24% de abertura em 1980, considerado um índice baixo em relação ao de países similares, chegando, em 1990, a apenas 12,67%.

deverem dar maior peso aos fatores microeconômicos. Segundo ROCHA (1995), o "conceito macro" de competitividade, representado pela taxa de câmbio real, é indicado para a economia brasileira, à medida que as estratégias para ganho de competitividade, na maioria das vezes, estiverem relacionadas com administração da taxa de câmbio e de políticas tarifárias, deixando em segundo plano aspectos como ganho de produtividade.

Para os países latino-americanos, há um consenso no sentido de que o prolongamento das políticas de substituição de importação, mediante manutenção de barreiras tarifárias e não-tarifárias até o final da década de 1980, reduziu a competitividade econômica, resultando na estagnação da renda nacional. No caso específico do Brasil, o prolongamento das políticas protecionistas, em uma conjuntura de crise macroeconômica, inflação elevada e endividamento externo, levou à perda da eficiência econômica e, conseqüentemente, à perda de competitividade. Ficou claro que o fechamento da economia ao comércio internacional e, por sua vez, ao intercâmbio com países de tecnologia mais avançada teve efeitos prejudiciais à competitividade, seja pela acomodação de setores domésticos que não sofriram qualquer ameaça competitiva, seja pela falta de estímulo para conquistar novos mercados no exterior.

Neste trabalho, por meio de simulações com modelos econométricos, pretende-se verificar o impacto da adoção de políticas macroeconômicas alternativas às implementadas e, também, da antecipação da abertura comercial, para o início da década de 80, na competitividade econômica, representada pela Taxa de Câmbio Real, e a influência desta nos preços dos setores agrícolas e não-agrícola na economia brasileira.

2. Modelo Conceitual

A Taxa de Câmbio Real, TCR, principalmente quando utilizada como parâmetro de competitividade, trata de um preço chave para a economia, e seu comportamento repercute, diretamente, nos preços setoriais, influenciando a forma como os recursos produtivos são alocados na economia.

A maioria dos modelos econômicos que analisam os determinantes da taxa de câmbio real considera apenas como fatores relevantes os preços externos, que entram no comércio exterior, e a política comercial, não considerando a influência das políticas macroeconômicas. Trabalhos como os de MUNDLAK et al. (1989), desenvolvido para a economia argentina, e LOPES (1989) e ROCHA (1995),

desenvolvidos para a economia brasileira, demonstraram que, além da política comercial e dos preços externos, as políticas macroeconômicas exercem também forte influência na competitividade econômica, e o grau de abertura econômica, AE, determina a forma como as variáveis de política econômica influenciam a taxa de câmbio real. Em períodos de maior abertura econômica, e espera-se que os preços externos e as políticas comercial e cambial passem a ter maior peso nas composições da taxa de câmbio real e dos preços setoriais, por outro lado, em períodos de baixa abertura, as políticas macroeconômicas, fiscal e monetária, passam a ter menor influência.

A economia brasileira, neste trabalho, é desagregada em três setores distintos, quais sejam, o agrícola, o não-agrícola e o governo. O produto do setor agrícola é composto por bens comercializáveis, no caso exportáveis, e também por bens domésticos; o do setor não agrícola, por bens comercializáveis, exportáveis e importáveis, e por bens domésticos; e o governo é um setor produtor de serviços tipicamente não-comercializáveis com o resto do mundo, sendo o produto composto apenas por bens domésticos.

O preço dos setores agrícola, IPA, e do não-agrícola, IPNA, excluindo o governo, trata da combinação dos preços dos bens comercializáveis externamente com os preços dos bens domésticos, e esses preços devem ser ponderados pelo grau de abertura econômica do setor. Os preços dos bens comercializáveis são determinados pelos preços externos, na medida em que a economia brasileira é tomadora de preços no mercado internacional, pela política comercial e pela Taxa de Câmbio Real. Os preços domésticos, que são determinados pela interação da oferta e demanda interna, são influenciados pelas políticas macroeconômicas do governo.²

As políticas macroeconômicas, ao determinarem o comportamento da taxa de câmbio real, passam a influenciar, de forma indireta, o comportamento dos preços dos bens comercializáveis.

O impacto das políticas macroeconômicas e da Taxa de Câmbio Real nos setores agrícola e não-agrícola depende, basicamente, da proporção dos bens domésticos e comercializáveis na composição do produto de cada setor. O preço do setor governamental, IPP, é exclusivamente administrado, não apresentando influência significativa das políticas macroeconômicas e do câmbio real.³

² As metodologias de cálculo dos índices de preços setoriais e, também, das variáveis de política econômica, utilizadas no modelo econométrico apresentado a seguir, foram descritas detalhadamente no Apêndice do trabalho.

³ O modelo conceitual, apresentado resumidamente neste trabalho, foi desenvolvido com maior profundidade por MUDLAK et al. (1989) e ROCHA (2000).

3. Modelo Econométrico

Com base nas relações funcionais entre o grau de abertura econômica, AE, a taxa de câmbio real, TCR, e os preços reais dos setores agrícola e não-agrícola, deflacionados pelo índice de preços do setor público e representados, respectivamente, por IPA/IPP e IPNA/IPP, foi possível montar o sistema de equações recursivas descrito na página a seguir.

O sistema de equações tem uma estrutura recursiva, isso por que a equação (1), que tem como variável endógena o grau de abertura econômica, AE, é determinada apenas pelas variáveis exógenas do sistema, que são o consumo do governo, CG, o fluxo de Capital, FC, a tarifa legal, TL, e, finalmente, a monetização do déficit público, MD. A equação (2), que tem como variável endógena a taxa de câmbio real, TCR, é determinada pelo grau de abertura econômica, AE, e também pelas variáveis exógenas do sistema. Finalmente, as equações (3) e (4), que têm como variável endógena, respectivamente, os preços reais dos setores agrícola, IPA/IPP, e não-agrícola, IPNA/IPP, são determinadas pela taxa de câmbio real, TCR, pelo grau de abertura econômica, AE, e também pelas variáveis exógenas do modelo. Nesse caso, qualquer alteração nas variáveis exógenas do modelo tem impacto nas variáveis endógenas.

1) Grau de abertura econômica:

$$\log AE = a_1 + a_2 \log TL + a_3 \log CG + a_4 \log FC + a_5 \log MD + e_1$$

2) Taxa de câmbio real:

$$\log TCR = b_1 + b_2 [\log AE + \log px / pm] + b_3 [\log AE + \log CG] + b_4 [\log AE + \log MD] + b_5 [\log AE + \log FC] + b_6 [\log AE + \log TL] + e_2$$

3) Índice de preço real do setor agrícola:

$$\log \frac{IPA}{IPP} = c_1 + c_2 [\log TCR + \log IPE] + c_3 \log CG + c_4 \log MD + c_5 \log FC + e_3$$

4) Índice de preço real do setor não agrícola:

$$\log \frac{IPNA}{IPP} = d_1 + d_2 [\log TCR + \log IPI] + d_3 \log CG + d_4 \log MD + d_5 \log FC + e_4$$

O termo e_t das equações representa o erro aleatório decorrente de especificação insuficiente do modelo, da teoria incorreta ou de erro de mensuração. A tarifa legal tem relação negativa com o grau de abertura econômica, $a_2 < 0$, porque o decréscimo da tarifa estimula o aumento do comércio internacional. O consumo do governo, a monetização do déficit e o fluxo de capital têm relação direta com o grau de abertura econômica, ou seja a_3, a_4 e a_5 são > 0 , na medida em que o aumento da absorção na economia eleva o nível das importações.

O termo de troca apresenta relação incerta com a taxa de câmbio real, ou seja, dependendo da influência dos preços externos nos preços domésticos, o sinal do coeficiente b_2 pode ser positivo ou negativo. O consumo do governo, a monetização do déficit e fluxo de capital têm relação direta, ou seja b_3, b_4 e b_5 são > 0 , porque o aumento do nível de absorção na economia tende a elevar o preço dos bens domésticos e, como consequência, decrescer o câmbio real. A tarifa legal tem relação direta, ou seja $b_6 > 0$, porque o aumento da tarifa, ao elevar o preço dos bens comercializáveis, eleva também o câmbio real. É interessante observar que o grau de abertura econômica compõe os termos das variáveis independentes, razão por que se espera que seu aumento eleve os coeficientes do termo de troca e da tarifa legal e decresça os coeficientes do consumo do governo, da monetização do déficit público e do fluxo de capital.

A taxa de câmbio real e os preços dos bens comercializáveis do setor agrícola, IPE, e do setor não-agrícola, IPI, têm relação positiva com os preços setoriais na economia, ou seja os coeficientes c_2 e d_2 são > 0 , porque a desvalorização do câmbio e o aumento dos preços externos elevam o preço setoriais no mercado interno. A elevação da absorção interna na economia, representada pelos aumentos do consumo do governo, da monetização do déficit e do fluxo de capital tem impacto positivo nos preços setoriais na economia, nesse caso, os coeficientes c_3, c_4, c_5, d_3, d_4 e d_5 são > 0 .

4. Análise Empírica

4.1 Estimativa dos coeficientes do sistema de equações simultâneas

O modelo das equações simultâneas, apresentado no Quadro 1, foi estimado pelo método dos mínimos quadrados ordinários de três estágios, MQ3E, não-linear, na medida que se observou correlação entre o termo de erro das equações, utilizando o pacote computacional Eviews 3.

Quadro 1 -

Sistema de equações simultâneas. Estimativa dos coeficientes, 1980 a 1995

Equações

$$(1) \log AE = 3,95 (8,36)^* - 0,11 \log CG (-1,57)^{***} + 0,24 \log FC (6,84)^* - 0,11 \log TL (-4,11)^* + 0,10 \log MD (3,21)^*$$

$$R^2 = 0,56 \quad D.W. = 1,6$$

$$(2) \log TCR = 4,11 (2,33)^{**} + 0,03 [\log CG + \log AE] (0,20) + 0,95 \log TL (12,16)^* - 0,19 [\log MD + \log AE] (-2,65)^* - 0,53 \log FC (-5,95)^*$$

$$R^2 = 0,88 \quad D.W. = 1,96$$

$$(3) \log IPA/IPP = -3,71 (-3,84)^* + 0,90 [\log TCR + \log IPE] (20,88)^* + 0,01 \log CG (0,10) + 0,01 \log EMD (0,31) - 0,03 \log FC (-0,55)$$

$$R^2 = 0,94 \quad D.W. = 1,70$$

$$(4) \log IPNA/IPP = -3,84 (-5,80)^* + 0,83 [\log TCR + \log IPI] (23,54)^* + 0,09 \log CG (1,87)^{**} + 0,01 \log EMD (0,42) + 0,08 \log FC (1,99)^{**}$$

$$R^2 = 0,96 \quad D.W. = 1,60$$

Os valores entre parênteses representam o t. de Student, com significância estatística a 1% (*); a 5% (**); e a 10% (***). Utilizou-se dados trimestrais.

Os coeficientes estimados apresentaram, em sua grande maioria, significância estatística a 1% e a 5% e também sinais compatíveis com o referencial teórico do trabalho.

Resolvendo o sistema de equações, obtiveram-se as variáveis endógenas estimadas. O modelo das equações simultâneas demonstrou-se bem ajustado, na medida em que as variáveis estimadas apresentaram valores próximos dos observados, permitindo, neste caso, verificar o impacto da simulação do comportamento das variáveis exógenas nas variáveis endógenas.

4.2 Simulação das políticas econômicas alternativas.⁴

Os exercícios de simulação objetivaram quantificar a tendência do comportamento dos preços relativos na economia brasileira, no período de 1980 a 1995, caso as políticas econômicas tivessem buscado maior integração com o mercado internacional, maior controle sobre os gastos do governo e, também, maior abertura financeira.

Com o intuito em analisar, separadamente, os efeitos das políticas comercial e fiscal do grau de abertura financeira, foram simulados dois conjuntos de políticas econômicas alternativas. O primeiro conjunto pressupôs o decréscimo do grau de proteção ao mercado interno mediante diminuição em 20% da tarifa legal, TL, entre o primeiro trimestre de 1980 e o segundo trimestre de 1987, e, também, o controle do consumo do governo, CG, assumindo a hipótese do seu decréscimo em 20%, entre o quarto trimestre de 1988 e o quarto trimestre de 1995. O segundo conjunto de políticas admitiu as hipóteses do primeiro, acrescentando, ainda, a elevação da abertura financeira mediante aumento do Fluxo de Capital, FC, em 30% entre o primeiro trimestre de 1983 e o quarto trimestre de 1991.⁵

Qualquer estratégia de política econômica depende de uma série de condicionantes conjunturais e políticos. A magnitude das alterações das políticas econômicas simuladas foram escolhas aleatórias, não levando em consideração nenhum estudo da viabilidade de sua implementação, porém a tendência das variáveis simuladas manteve-se semelhante às observadas na realidade.

O primeiro conjunto de políticas alternativas, que trata da antecipação da abertura comercial para o início da década de 80, juntamente com maior controle do consumo do governo na década de 90, promoveu aumento do índice médio da abertura

⁴ O postulado Novo Clássico da ineficiência das políticas econômicas, que assume que medidas sistemáticas de políticas fiscal e monetária de alteração da demanda agregada não afetam o produto e o emprego, nem mesmo no curto prazo, tem uma visão crítica com relação aos modelos de simulação macroeconômicas, justamente por acreditar que essas políticas são ineficientes. Segundo PLIHON (1996), o postulado Novo Clássico depende de três pressuposições: a homogeneidade dos comportamentos, o equilíbrio geral e as expectativas racionais, sendo que o funcionamento efetivo dos mercados financeiros, a partir da década de 70, desmente amplamente essas pressuposições. Este trabalho assume o caráter de multiplicidade das trajetórias possíveis na economia, considerando não neutra a moeda bem como todas as outras políticas que possam ser definidas de modo exógeno.

⁵ A política monetária, representada no trabalho pelo grau de monetização do déficit público, foi bastante restritiva no período do estudo, demonstrando que o déficit foi financiado basicamente através da colocação de títulos no mercado. Na medida em as simulações pretendiam verificar o impacto de políticas que promoveriam o decréscimo do nível de absorção na economia, não justificou a incorporação da política monetária no conjunto das políticas simuladas.

econômica, AE, em 2,39%. Esse aumento pode ser explicado pelo impacto do decréscimo das tarifas protecionistas nas importações, viabilizando o seu aumento, e, também, pela influência do controle do consumo do governo, que estimula a transferência dos fatores de produção para os bens comercializáveis, viabilizando o aumento das exportações. Ao introduzir o fluxo de capital no conjunto das políticas alternativas, o aumento do índice médio do grau de abertura econômica, AE, passa para 5,8%, o que demonstra que a disponibilidade de recursos externos para financiar as importações é fator relevante para determinar o grau de abertura da economia brasileira.

O índice médio da taxa de câmbio real, TCR, considerando a simulação do primeiro conjunto de políticas alternativas, apresentou uma sobrevalorização de 13,27%, passando de 80,51 para 69,83. Esse comportamento se deve ao efeito do aumento da abertura econômica que eleva a influência dos preços externos e da política comercial na composição da taxa de câmbio. Ao introduzir o fluxo de capital no conjunto das políticas alternativas, a taxa de câmbio real decresce para 63,61, acumulando uma sobrevalorização de 20,99%. O aumento do fluxo de capital proporciona maior margem para a autoridade monetária administrar o câmbio nominal, permitindo a sobrevalorização da taxa de câmbio real.

Quadro 2 -

Impacto das políticas alternativas nos preços relativos na economia brasileira. Índices médios do período de 1980 a 1995

Variáveis Observadas (1)	Simulação das políticas comerciais e fiscal (2)	Simulação das políticas comerciais, fiscais e financeiras (3)	(2)/(1)	(3)/(1)
AE	84,53	87,34	2,39%	5,80%
TCR	69,83	63,61	-13,27%	-20,99%
IPA/IPP	60,94	55,72	-11,80%	-19,36%
IPNA/IPP	78,80	73,93	-8,60%	-14,33%

Os dois últimos quadrantes apresentam a variação percentual dos resultados das simulações em relação aos valores observados.

Fonte: Cálculo do Autor.

O índice médio do preço real do setor agrícola, IPA/IPP, considerando a simulação do primeiro conjunto de políticas alternativas, apresentou decréscimo de 11,80%, passando de 69,10 para 60,94. Esse decréscimo dos preços se deve, em primeiro

lugar, ao aumento da abertura econômica, que eleva a influência dos preços externos e da política comercial na formação dos preços do setor, em segundo lugar, à sobrevalorização do câmbio real, que decresce a cotação dos bens comercializáveis no mercado interno, e, finalmente, ao impacto negativo da queda da absorção interna nos preços do setor. Com a simulação do segundo conjunto de políticas, que acrescenta ao primeiro o aumento do fluxo de capital, o índice médio do preço real do setor agrícola, IPA/IPP, passa para 55,72, acumulando decréscimo de 19,36%. O aumento do fluxo de capital, ao elevar a abertura da economia brasileira ao mercado externo e aprofundar a sobrevalorização do câmbio real, contribui para o decréscimo dos preços do setor agrícola.

O índice médio do preço real do setor não-agrícola, IPNA/IPP, considerando a simulação do primeiro conjunto de políticas alternativas, apresentou decréscimo de 8,60%, passando de 86,31 para 78,80. Esse decréscimo, assim como ocorreu com o setor agrícola, se deve ao aumento da abertura da economia brasileira ao mercado externo, à sobrevalorização do câmbio real e, finalmente, à queda do nível de absorção interna. Com a simulação do segundo conjunto de políticas alternativas, o índice médio do preço do setor não-agrícola, IPNA/IPP, passa para 73,93, acumulando um decréscimo de 14,33%. Assim como ocorreu no setor agrícola, o aumento do fluxo de capital conjugado com a política comercial liberalizante intensificou a tendência de queda dos preços reais do setor.

Analisando os resultados do Quadro 2, verifica-se que, no caso da adoção das políticas alternativas, os preços do setor agrícola, IPA/IPP, seriam mais afetados, apresentando maior queda em relação aos preços do setor não-agrícola, IPNA/IPP. O setor agrícola, na medida em que tem uma estrutura de mercado competitiva, recebe maior influência das políticas econômicas e, por consequência, apresenta um comportamento mais instável. Já o setor não-agrícola, que é composto pelo setor industrial e pelo setor de serviços, excluindo o governo, dada a característica de sua estrutura de mercado, sofre menor influência das políticas alternativas. Isso porque o setor industrial, que tem estrutura de mercado oligopolizada, adota estratégias administrativas que evitam oscilações constantes de preços, e o setor de serviços, ao ser formado basicamente por produtos domésticos, não recebe influência direta da variação da taxa de câmbio real e do aumento da abertura econômica.

Até agora, os impactos das simulações nos preços setoriais foram apresentados em termos da variação dos índices médios, não permitindo identificar o período em que essas variações ocorreram. As Figuras de 1 a 4 demonstram, para o período de estudo em questão, o comportamento dos índices observados e simulados do grau de abertura econômica, da taxa de câmbio real e dos preços dos

setores agrícola e não-agrícola. As simulações 1 e 2, apresentadas nas figuras, correspondem, respectivamente, ao primeiro e ao segundo conjunto de políticas alternativas.

Figura 1 – Índices observados e simulados do grau de abertura econômica, AE, 1980 a 1995.

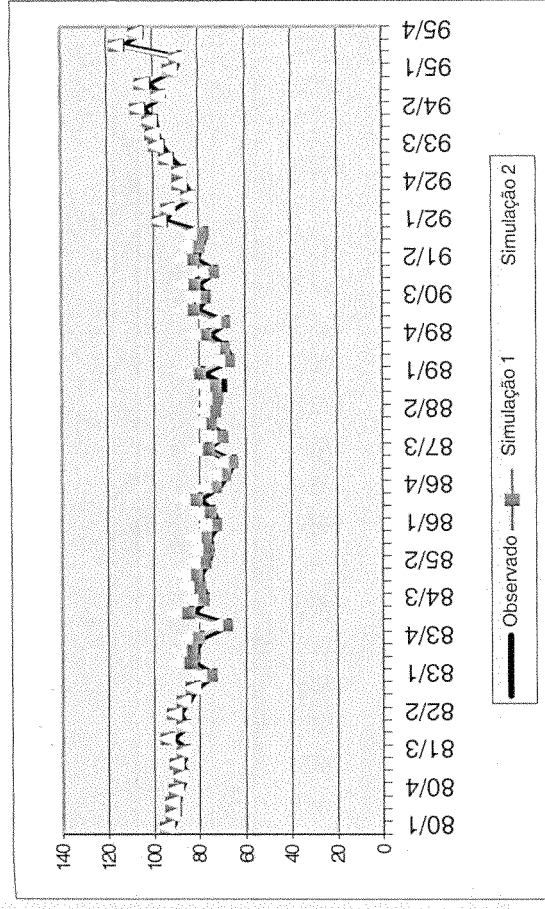


Figura 2 – Índices observados e simulados da taxa de câmbio real, TCR, 1980 a 1995.

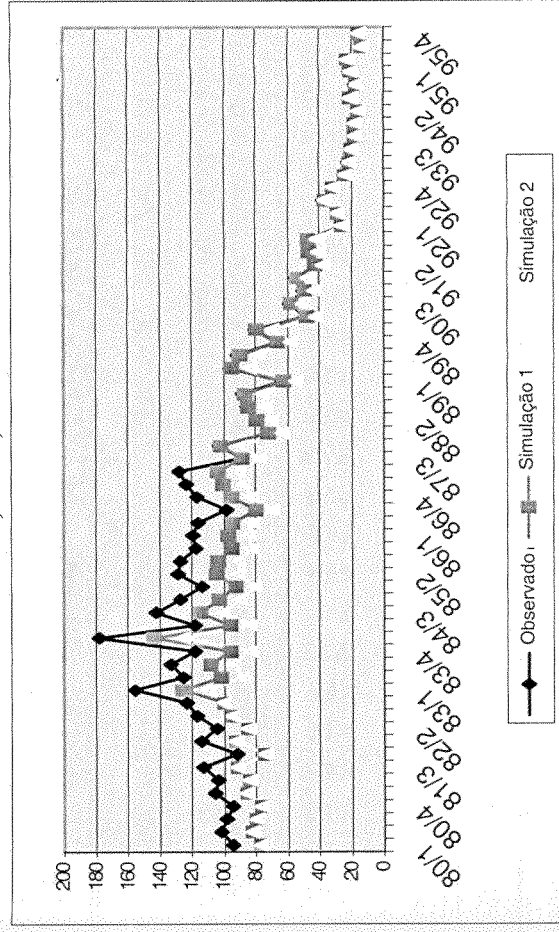


Figura 3 – Índices observados e simulados do preço do setor agrícola, IPA/IPP, 1980 a 1995

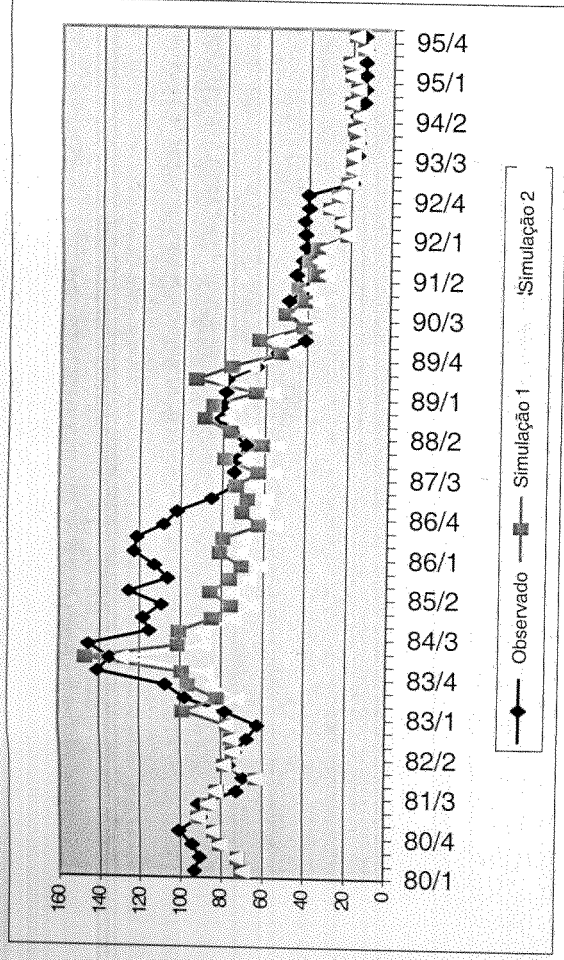
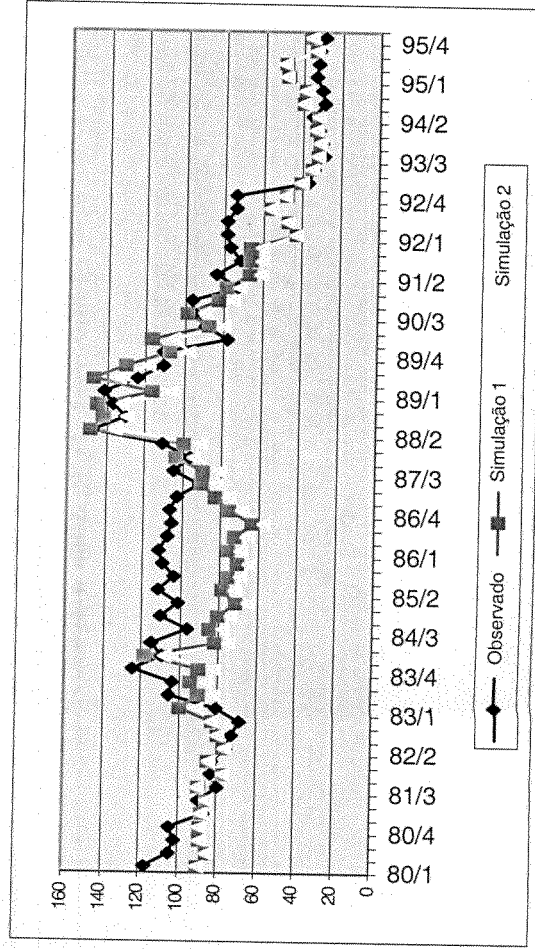


Figura 4 – Índices observados e simulados do preço do setor não-agrícola, IPNA/APP, 1980 a 1995.



As figuras acima demonstram que as políticas econômicas alternativas, caso fossem implementadas, elevariam o grau de abertura econômica, de 1982 a 1992; provocariam a sobrevalorização da taxa de câmbio real, no período de 1980 a

1988; e promoveriam o decréscimo dos preços reais dos setores agrícola e não-agrícola, no período de 1982 e 1988. É interessante observar que a adoção das políticas alternativas, que guardam expressiva similaridade com as políticas econômicas adotadas na década de 1990, que promoveram a estabilização dos preços, resultaria na queda dos preços dos setores agrícola e não-agrícola, em um período em que o país se defrontou com um processo de altas taxas de inflação. Isso demonstra, de certa forma, que o processo inflacionário que a economia brasileira e, também, os países latino-americanos enfrentaram na década de 1980 teve relação direta com a restrição ao financiamento externo. Segundo BELLUZZO (1999), países como o Brasil, que têm moeda "fraca", ou seja, não possuem nenhuma reputação como instrumento de liquidação de transações internacionais, tiveram como origem do processo inflacionário crônico, na década de 1980, o colapso do financiamento externo e a correspondente crise fiscal decorrente dos programas econômicos implementados. A estabilização dos preços, observada nos países latino-americanos, inclusive o Brasil, na década de 1990, teve como causa fundamental o retorno do financiamento externo, o que transformou os países latino-americanos de doadores de poupança em receptores de recursos financeiros.

5. Conclusões

O processo de abertura econômica e financeira, conjugado com políticas internas restritivas, representado nas simulações e também adotado na economia brasileira na década de 1990, resultou no decréscimo dos preços reais dos setores agrícola e não-agrícola. Esse comportamento pode ser benéfico para os consumidores, na medida em que viabiliza o aumento do poder de compra, enquanto o impacto nos produtores depende, basicamente, do comportamento da produtividade. O decréscimo dos preços reais dos setores agrícola, IPA/IPP, e do setor não-agrícola, IPNA/APP, neste trabalho, pode ser interpretado como queda da rentabilidade, visto que os preços dos setores decrescem relativamente a um importante item do custo de produção, representado pelo índice de preços do setor público. Nesse sentido, qualquer programa econômico que tenha como base o desmonte da estrutura protecionista em uma conjuntura de abertura financeira tem de promover o aumento da produtividade para compensar a queda do preços reais e, dessa forma, garantir a rentabilidade dos produtores nacionais, evitando a queda da produção interna.

O sucesso da inserção dos países asiáticos no comércio internacional, iniciada no final da década de 1960, segundo NAN (1995), esteve diretamente relacionado

com a implementação de políticas públicas que garantiram a absorção e o desenvolvimento de novas tecnologias, o aumento dos investimentos em qualificação da mão-de-obra e a adoção de uma estratégia agressiva de conquista de mercados externos, garantindo o aumento da competitividade econômica. Nesse caso, observa-se que tanto a abertura econômica, simulada neste trabalho para a década de 1980, quanto a verificada na década de 1990 dependem do aumento da eficiência econômica promovida por políticas públicas. A agricultura, segundo os resultados das simulações e do comportamento dos preços na década de 1990, dadas as características do seu mercado, foi o setor que sofreu os maiores impactos do processo de abertura econômica, razão por que necessita, por parte do setor público, da implementação de uma política agrícola que garanta o aumento da produtividade, dando possibilidade ao setor de manter a sua rentabilidade em uma conjuntura de decréscimo dos preços reais.

6. Bibliografia

- BELLUZZO, L.G. Plano Real do Sucesso ao impasse. *Economia Aplicada*. V.3, N. Especial, p. 80-93. 1999.
- LOPES, M. R. Os efeitos das políticas macroeconômicas sobre a agricultura. Brasília, CFP. 1989. 69 p. (Coleção análise e pesquisa, 37).
- MUNDLAK, Y.; DOMENECH, R.; CAVALLLO, D. *Agriculture and economic growth in argentina, 1913-1984*. International Food. Research Institute. 1989. 139 p.
- NAM, C. H. The role of trade and exchange rate policy in Korea's growth. In: ITO, T. & KRUEGER, A., *Growth theories in light of the East Asian experience*. Chicago: The University of Chicago Press, 1995.
- PLIHON, D. Deséquilibres mondiaux et instabilité financière: les responsabilités des politiques libérales. F. Chesnais (coord.). *La mondialisation financière: Genèse, cout et enjeux*, 1996. 267 p.
- ROCHA, L. E. & TEIXEIRA, E. C. Taxa de câmbio real e competitividade da economia brasileira. *Revista de Economia e Sociologia Rural*, Brasília, 35(2):35-58, 1997.
- ROCHA, L. E. *Determinantes da taxa de câmbio real e seu efeito sobre os preços agrícolas*. Viçosa., 1995. 198 p. Dissertação (Mestrado). Departamento de Economia Rural, Universidade Federal de Viçosa.
- _____. *Políticas macroeconômicas e preços relativos na economia brasileira, 1980 a 1995*. Viçosa. 2000. 184 p. Dissertação (Doutorado). Departamento de Economia Rural, Universidade Federal de Viçosa.

1988; e promoveriam o decréscimo dos preços reais dos setores agrícola e não-agrícola, no período de 1982 e 1988. É interessante observar que a adoção das políticas alternativas, que guardam expressiva similaridade com as políticas econômicas adotadas na década de 1990, que promoveram a estabilização dos preços, resultaria na queda dos preços dos setores agrícola e não-agrícola, em um período em que o país se defrontou com um processo de altas taxas de inflação. Isso demonstra, de certa forma, que o processo inflacionário que a economia brasileira e, também, os países latino-americanos enfrentaram na década de 1980 teve relação direta com a restrição ao financiamento externo. Segundo BELLUZZO (1999), países como o Brasil, que têm moeda "fraca", ou seja, não possuem nenhuma reputação como instrumento de liquidação de transações internacionais, tiveram como origem do processo inflacionário crônico, na década de 1980, o colapso do financiamento externo e a correspondente crise fiscal decorrente dos programas econômicos implementados. A estabilização dos preços, observada nos países latino-americanos, inclusive o Brasil, na década de 1990, teve como causa fundamental o retorno do financiamento externo, o que transformou os países latino-americanos de doadores de poupança em receptores de recursos financeiros.

5. Conclusões

O processo de abertura econômica e financeira, conjugado com políticas internas restritivas, representado nas simulações e também adotado na economia brasileira na década de 1990, resultou no decréscimo dos preços reais dos setores agrícola e não-agrícola. Esse comportamento pode ser benéfico para os consumidores, na medida em que viabiliza o aumento do poder de compra, enquanto o pacto nos produtores depende, basicamente, do comportamento da produtividade. O decréscimo dos preços reais dos setores agrícola, IPA/IPP, e do setor não-agrícola, IPNA/IPP, neste trabalho, pode ser interpretado como queda da rentabilidade, visto que os preços dos setores decrescem relativamente a um importante item do custo de produção, representado pelo índice de preços do setor público. Nesse sentido, qualquer programa econômico que tenha como base o desmonte da estrutura protecionista em uma conjuntura de abertura financeira tem de promover o aumento da produtividade para compensar a queda do preços reais e, dessa forma, garantir a rentabilidade dos produtores nacionais, evitando a queda da produção interna.

O sucesso da inserção dos países asiáticos no comércio internacional, iniciada no final da década de 1960, segundo NAN (1995), esteve diretamente relacionado

com a implementação de políticas públicas que garantiram a absorção e o desenvolvimento de novas tecnologias, o aumento dos investimentos em qualificação da mão-de-obra e a adoção de uma estratégia agressiva de conquista de mercados externos, garantindo o aumento da competitividade econômica. Nesse caso, observa-se que tanto a abertura econômica, simulada neste trabalho para a década de 1980, quanto a verificada na década de 1990 dependem do aumento da eficiência econômica promovida por políticas públicas. A agricultura, segundo os resultados das simulações e do comportamento dos preços na década de 1990, dadas as características do seu mercado, foi o setor que sofreu os maiores impactos do processo de abertura econômica, razão por que necessita, por parte do setor público, da implementação de uma política agrícola que garanta o aumento da produtividade, dando possibilidade ao setor de manter a sua rentabilidade em uma conjuntura de decréscimo dos preços reais.

6. Bibliografia

- BELLUZZO, L. G. Plano Real do Sucesso ao impasse. *Economia Aplicada*. V.3, N. Especial, p. 80-93. 1999.
- LOPES, M. R. Os efeitos das políticas macroeconômicas sobre a agricultura. Brasília, CFP. 1989. 69 p. (Coleção análise e pesquisa, 37).
- MUNDLAK, Y.; DOMENECH, R.; CAVALLLO, D. *Agriculture and economic growth in argentina, 1913-1984*. Internacional Food. Research Institute. 1989. 139 p.
- NAM, C. H. The role of trade and exchange rate policy in Korea's growth. In: ITO, T. & KRUEGER, A. A., *Growth theories in light of the East Asian experience*. Chicago: The University of Chicago Press, 1995.
- PLIHON, D. Desequilibres mondiaux et instabilité financière: les responsabilités des politiques libérales. F. Chesnais (coord.). *La mondialisation financière: Genèse, cout et enjeux*, 1996. 267 p.
- ROCHA, L. E. & TEIXEIRA, E. C. Taxa de câmbio real e competitividade da economia brasileira. *Revista de Economia e Sociologia Rural*, Brasília, 35(2):35-58, 1997.
- ROCHA, L. E. *Determinantes da taxa de câmbio real e seu efeito sobre os preços agrícolas*. Viçosa., 1995. 198 p. Dissertação (Mestrado). Departamento de Economia Rural, Universidade Federal de Viçosa.
- _____. *Políticas macroeconômicas e preços relativos na economia brasileira, 1980 a 1995*. Viçosa. 2000. 184 p. Dissertação (Doutorado). Departamento de Economia Rural, Universidade Federal de Viçosa.

Apêndice

Os preços setoriais e as políticas macroeconômicas analisados no presente trabalho foram calculados com base nas metodologias descritas a seguir:

a) Preços setoriais

a.1 - Índice de preços do setor agrícola, IPA

$$IPA = IPE^{\alpha_1} \cdot IPD^{(1-\alpha_1)},$$

em que IPE é o índice de preços dos produtos agrícolas comercializáveis no mercado internacional; IPD, o índice de preços dos produtos agrícolas domésticos; e, finalmente, α_1 a participação da produção dos produtos comercializáveis no total da produção do setor agrícola.

a.2 - Índice de preços do setor não agrícola, IPNA

$$IPNA = IPI^{\alpha_2} \cdot IPS^{(1-\alpha_2)},$$

em que IPI é o índice de preços dos bens comercializáveis, representado pelo setor industrial; IPS, o índice de preços do setor de serviços, excluindo o governo; e α_2 , a participação do setor industrial na produção total do setor não-agrícola.

a.3 - Taxa de câmbio real, TCR

$$TCR = \frac{E \cdot IPA}{IPC},$$

em que E representa a taxa de câmbio nominal R\$/US\$, IPA, o índice preços no atacado para a economia norte-americana e, finalmente, IPC, o índice de preços ao consumidor para a economia brasileira.

a.4 - Índice de preços do setor público, IPP, que incorpora o preço dos bens administrados, ou seja, de alguma forma, são influenciados pelo setor público, independente das condições de oferta e demanda vigentes no mercado.

b) Políticas macroeconômicas

b.1- Grau de monetização do déficit público, MD

$$MD = \frac{\Delta H}{\Delta H + \Delta B},$$

em que ΔH é a variação do estoque de moeda; e ΔB , a variação do estoque da dívida pública.

b.2 - Consumo do governo, CG, é definido como a soma dos seguintes itens da contabilidade nacional relativos à renda nacional, como consumo corrente do governo, subsídios e transferências.

b.3 - Tarifa legal, TL, determinada pela legislação tributária. Esta tarifa poderá apresentar divergência com a tarifa "verdadeira", se houver políticas de isenções ou reduções tarifárias nas importações.

b.4 - Fluxo de capital, FC, determinado, neste trabalho, pelo saldo da conta do balanço de pagamentos, relativo à renda nacional.

c) Fonte de dados

Utilizaram-se o Boletim do Banco Central do Brasil e a revista Conjuntura Econômica, da Fundação Getúlio Vargas.